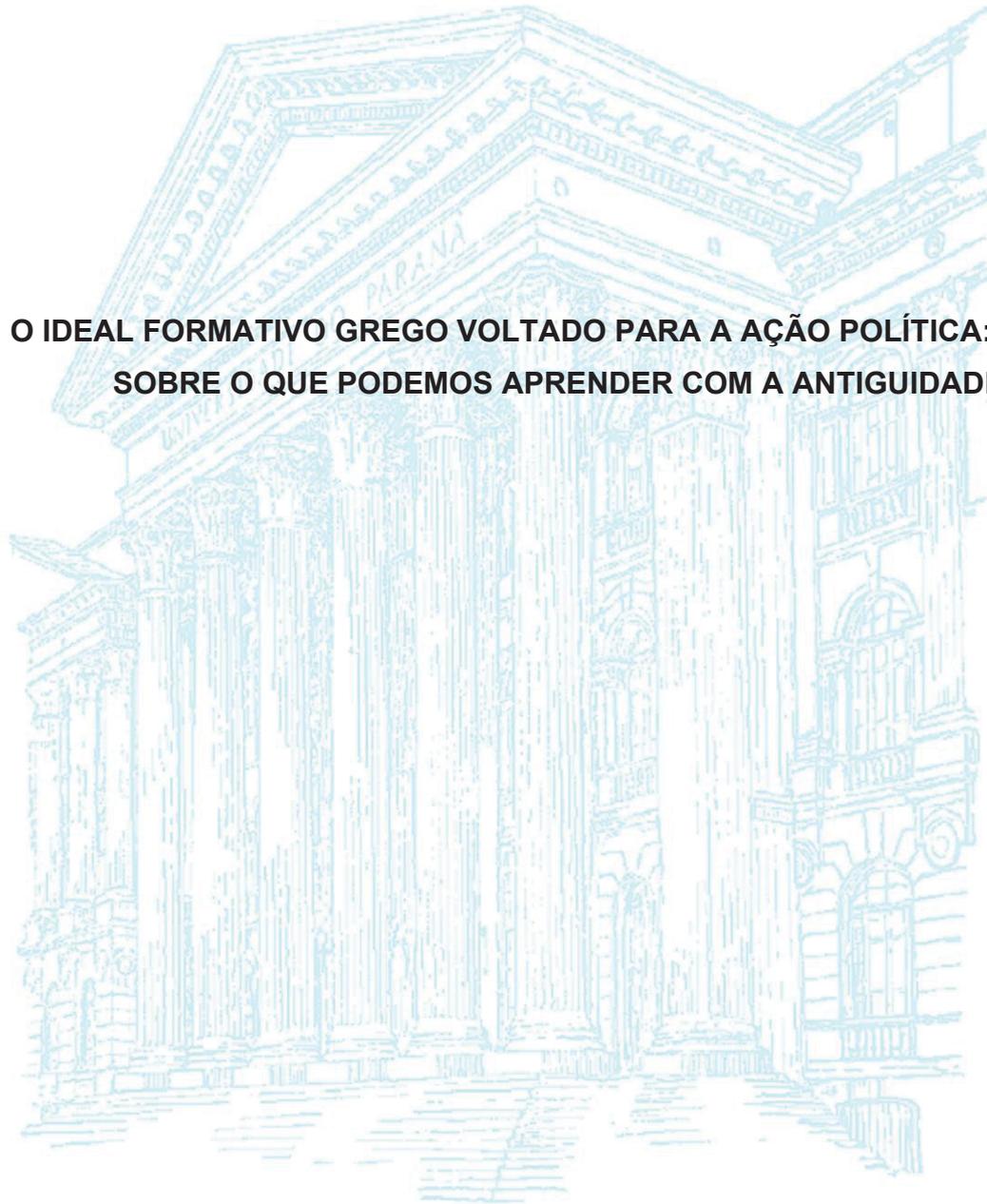


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNO PONTES DE SOUSA

**O IDEAL FORMATIVO GREGO VOLTADO PARA A AÇÃO POLÍTICA: NOTAS
SOBRE O QUE PODEMOS APRENDER COM A ANTIGUIDADE**



CURITIBA

2020

BRUNO PONTES DE SOUSA

**O IDEAL FORMATIVO GREGO VOLTADO PARA A AÇÃO POLÍTICA: NOTAS
SOBRE O QUE PODEMOS APRENDER COM A ANTIGUIDADE**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em Filosofia da Educação: Ética, Política e Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karen Franklin da Silva.

CURITIBA

2020

TERMO DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCACAO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO -
40001016206E1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Trabalho de Conclusão de Especialização de **BRUNO PONTES DE SOUSA**, intitulada: **O IDEAL FORMATIVO GREGO VOLTADO PARA A AÇÃO POLÍTICA: NOTAS SOBRE O QUE PODEMOS APRENDER COM A ANTIGUIDADE**, sob orientação da Profa. Dra. KAREN FRANKLIN DA SILVA, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa. A outorga do título de Especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 30 de Janeiro de 2020.


KAREN FRANKLIN DA SILVA
Presidente da Banca Examinadora


CELSO DE MORAES PINHEIRO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


UDO BALDUR MOOSBURGUER
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pela oportunidade de chegar aqui.

À Carolina, minha esposa, obrigado por todo amor, companheirismo, paciência.

À Professora Karen Franklin por todo apoio, paciência e impecável orientação.

Agradeço a Universidade Federal do Paraná pela oportunidade de enriquecer minha bagagem cultural desde a graduação

RESUMO

Este trabalho propõe uma apresentação do conceito de democracia, abordando algumas de suas principais ideias e seu desenvolvimento, a partir da formação do homem grego, analisando de um modo particular Homero e Plutarco. Tendo por base o estudo da antiguidade, buscamos compreender como as discussões clássicas ainda são pertinentes à contemporaneidade, pois seus principais elementos ainda são matéria de elucidação e esclarecimento. Busca-se estabelecer um debate com o ensino de filosofia na contemporaneidade, pois muitos dos conceitos clássicos como democracia, povo, lei e responsabilidade podem fazer parte de conteúdos escolares e, especialmente, da disciplina de filosofia e de educação. Atrelando este debate a prática do projeto plenarinho.

Palavras-chave: Filosofia. Democracia. Educação do homem grego. Protagonismo. Participação. Cidadania.

ABSTRACT

This work proposes a presentation of the concept of democracy, addressing some of its main ideas and its development, from the formation of the Greek man, analyzing Homer and Plutarch in a particular way. Based on the study of antiquity, we seek to understand how classical discussions are still relevant to contemporary times, as their main elements are still matters of elucidation and clarification. It seeks to establish a debate with the teaching of philosophy in contemporary times, since many of the classic concepts such as democracy, people, law and responsibility can be part of school content and, especially, of the discipline of philosophy and education.

Key-words: Philosophy. Democracy. Education of the Greek man. Protagonism. Participation. Citizenship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A POLÍTICA COMO IDEAL DE FORMAÇÃO DO HOMEM GREGO	10
1.1 A FORMAÇÃO DO HOMEM GREGO.....	12
1.2 PÓLIS, O LUGAR DA PALAVRA E DA PERSUASÃO	17
1.3 A FORMAÇÃO DO HOMEM PARA A AÇÃO – O EXEMPLO DE PLUTARCO	23
2 FILOSOFIA CLÁSSICA COMO FUNDAMENTO PARA A FORMAÇÃO DA CIDADANIA NA ATUALIDADE	26
2.1 UM EXEMPLO A SER CONSIDERADO: O PROJETO PLENARINHO COMO ESPAÇO PARA O DESPERTAR DO SENTIMENTO DE PERTENÇA E CIDADANIA	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE – PROJETOS VENCEDORES DO PLENARINHO 2017	39

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa levantar algumas sugestões e problematizações acerca do ensino de Filosofia, a partir de uma experiência realizada no Colégio Marista Santa Maria, com alunos de 13 e 14 anos de idade, do 9.º ano do Ensino Fundamental II.

O primeiro item deste trabalho aborda a concepção de educação do homem grego, elencando alguns elementos que satisfaçam a reflexão sobre o processo de formação desse povo, considerando a importância de Homero, bem como o desenvolvimento do processo de educação do povo grego, que, na antiguidade, tinha um *ethos* voltado para a vida comunitária e a ação política.

A partir dessas problematizações, surge um novo debate sobre a importância da participação dos cidadãos nas esferas de deliberação. Com isso, nasce uma nova necessidade: a instrumentalização para o agir político. A partir deste ponto, destaca-se a oportuna contribuição dos sofistas para o desenvolvimento do agir técnico-político do sujeito grego, encerrando com a profícua contribuição sobre a ideia de educação, segundo Plutarco, com ênfase na ideia de formação para a carreira pública.

Neste percurso de fundamentação, apresenta-se o debate sobre a importância dos conceitos elaborados pelos clássicos da antiguidade como uma força para ampliação do exercício de cidadania dos jovens, por meio do projeto Plenarinho, proporcionando um espaço de debate, protagonismo e reflexão filosófica acerca dos problemas da cidade.

1 A POLÍTICA COMO IDEAL DE FORMAÇÃO DO HOMEM GREGO

O conceito de democracia sofre, ao longo do tempo, mudanças que, de certo modo, não dão conta de abarcar sua totalidade. Em linhas gerais, tomando sua etimologia, percebemos que a democracia pode ser entendida como o “governo do povo ou da maioria”. Ainda assim, resta uma lacuna a ser preenchida sobre tal tema, pois sua delimitação e conceituação sofrem variações e acréscimos ao longo da história. Em linhas gerais, este trabalho visa apresentar um olhar geral sobre o surgimento e o desenvolvimento do conceito de democracia, no contexto grego, mesmo sabendo que há particularidades que norteiam cada Estado. O recorte que faremos se restringe ao destaque quanto ao espírito grego e sua relação com a pólis. Esta opção conceitual, diz respeito a prática docente, pois é por meio do desenvolvimento desta temática – pautada na filosofia clássica grega – que surge o projeto plenarinho, como uma atividade desenvolvida dentro do componente curricular de filosofia¹.

A opção de estudos a partir dos gregos se dá pois

foram os gregos que descobriram não apenas a democracia, mas também a política – a arte de decidir através da discussão pública – e, então, de obedecer às decisões como condição necessária da existência social civilizada. Não pretendo negar a possibilidade de que houvesse exemplos anteriores de democracia, as chamadas democracias tribais, por exemplo, ou as democracias na antiga Mesopotâmia, que alguns assiriologistas acreditam poder reconstituir através de investigação. Quaisquer que possam ser os fatos sobre estas últimas, eles não tiveram impacto histórico algum nas sociedades mais recentes. Os gregos, e apenas os gregos, descobriram a democracia nesse sentido; exatamente como Cristóvão Colombo, e não algum navegador viking, descobriu a América. (FINLEY, 1988, p. 26 – 27)

É com os gregos que surgem a democracia e a política. A inventividade desse povo toca nossa sociedade ocidental, pois com eles há a formalização de espaços de discussão pública, consenso, divergência, organização. Seu grande diferencial é o de tomar a política como uma ação humana em geral e não, fruto de uma sociedade em particular. É da natureza do homem ser político, e não um atributo deste ou daquele povo.

¹ É reconhecida a importância do pensamento romano no desenvolvimento do pensamento político ocidental, porém dentro deste trabalho e da prática que ele sinaliza, o recorte de estudo e ação, enquanto opção, é pautado no pensamento grego antigo.

As experiências vividas pelo povo grego são vivas e intensas em nossos debates contemporâneos. Sua vitalidade de pensamento perdura, pois seus questionamentos são atuais. Obviamente, ao analisar a concepção de Estado da atualidade, não identificamos tantas coisas similares às cidades-estados da antiguidade grega, porém há algo de relevante que os gregos nos ensinam por meio de sua filosofia política que tem um caráter atemporal.

A filosofia grega era uma filosofia dos gregos e para os gregos; mas os gregos eram homens, e suas cidades eram estados. A teoria grega da “pólis” é, portanto, uma teoria do Homem e do Estado, no que ela tem de essencial – uma teoria que tem valor permanente. O pano de fundo pode parecer fora de moda, mas a ação que se desenrola sobre o palco é a mesma. (BARKER, 1978, p. 37)

Apesar do distanciamento temporal, os gregos nos ensinam sobre um relacionamento vital entre o sujeito e a *pólis*. Em sua época era mais fácil vivenciar esse sentimento de pertença, pois não havia o “eu”, a individualidade do sujeito, uma vez que este fazia parte da *pólis*. O sentimento de pertença era estimulado e vivenciado no exercício diário. “Nós somos o que somos, em larga medida, porque os gregos foram o que foram.” (BARKER, 1978, p. 38) A história sempre analisa a partir do presente, mas não podemos negar que há uma força mobilizadora que jorra da história e sua fonte é grega, ou seja, apesar de sempre tomarmos como ponto de partida nosso olhar do hoje, do presente, é inegável a influência dos gregos na história da sociedade ocidental.

O caráter grego e seu jeito de se relacionar com o mundo e com as coisas que o cercam fazem com que a reflexão política possa acontecer de um modo natural e com um caráter racionalista.

A reflexão filosófica começa com os gregos. Sua origem está vinculada ao racionalismo claro e tranquilo da mente grega. Em vez de se projetar na esfera da religião, como os povos da Índia e Judeia; em lugar de aceitar o mundo em confiança e de vê-lo sob a luz da fé, os gregos trilharam o caminho do pensamento e, ousando especular sobre as coisas visíveis, procuraram conceber o universo do ponto de vista da razão. (Ibidem. p. 21)

A ousadia do pensamento dos gregos é, de certo modo, um ponto a favor do desenvolvimento da filosofia e da política, pois em sua época era comum a aceitação de argumentos apelativos que buscassem, em divindades, uma justificativa para suas ações ou consequências. Apesar de religiosos, os gregos conseguiram manter uma

distância dessa postura impositiva e limitadora, conquistando destaque no desenvolvimento de concepções políticas e filosóficas, ambas filhas dos movimentos da ágora. Nesse sentido, compreendemos que a relação com as concepções clássicas está presente em nossas discussões contemporâneas e nas diretrizes escolares da filosofia.

A Filosofia é filha da ágora e sua origem a vincula à política. Uma Filosofia sem compromissos com a humanidade e distante da política seria por si só uma contradição insuperável. Esse vínculo histórico se fortalece na medida em que a Filosofia desenvolve as potencialidades que a caracterizam: capacidade de indagação e crítica; qualidades de sistematização, de fundamentação; rigor conceitual; combate a qualquer forma de dogmatismo e autoritarismo; disposição para levantar novas questões, para repensar, imaginar e construir conceitos, além da sua defesa radical da emancipação humana, do pensamento e da ação, livres de qualquer forma de dominação. (SEED/PR, 2008, p. 48)

O espaço da crítica, próprio do filosofar, é uma das principais ferramentas utilizadas pelos gregos na tarefa de combater os dogmatismos religiosos e autoritarismos próprios de regimes soberanos e impositivos. O espaço público como um espaço de dominação não era uma possibilidade a ser encarada por esse povo. Este posicionamento do povo grego, no despertar da filosofia, serve de estímulo para o debate e prática que os alunos efetivarão ao longo do ano na prática do projeto plenarinho.

Para bem compreendermos a formação do caráter político dos gregos e a formação da *pólis* como um espaço de debate e organização política, é necessário entender a formação do homem grego e sua estreita relação com a construção desses espaços políticos, pois são eles os mobilizadores de todo o lócus de ação pelos quais nos interessamos como objeto de investigação.

1.1 A FORMAÇÃO DO HOMEM GREGO

Ao abordarmos o problema da educação na antiguidade, percebemos que ela é, sem dúvida, um elemento primordial na formação da cidade-estado². Os gregos, de

² O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*). (ARENDRT, p. 33, 2007)

um modo particular, revelam ao longo da história um olhar peculiar sobre ela e, como educadores, elaboram uma nova concepção do lugar do indivíduo na sociedade.

Debruçar sobre a história da formação dos povos gregos é, sem dúvida, fazer o exercício para compreendermos um pouco o que nós somos hoje, principalmente para refletir sobre nossa orientação e formação política. O que chegou por via literária daqueles povos de tão longuíssimo tempo? Talvez muito pouco concretamente, porém mantemos o instrumento reflexivo e atento, a filosofia política. Olhar para os gregos é inspirador, no sentido de instigar a reflexão sobre os mesmos temas, pois nos identificamos, de certo modo, com problemas que eles também enfrentavam. Ou seja, em termos de educação e política, muitas questões ainda são emergentes.

A formação do homem grego destaca-se pelo ideal comunitário que divide uma substância espiritual comum, herdada pelos povos gregos e transmitida por eles, materializando-se na forma da lei e também como um *ethos*, um direcionamento do agir humano em prol da vida da *pólis*, lugar este onde o sujeito poderá desenvolver amplamente suas potencialidades.

Já tivemos a ocasião de ver que os filósofos gregos concebiam o estado como uma sociedade ética. Seguindo esse ponto de vista, chegaremos ao Estado compreendido necessariamente como substância espiritual comum: a atividade dos seus órgãos será obrigatoriamente uma atividade educativa, destinada a injetar nos cidadãos a parte que lhes corresponde desta substância comum. A sociedade é sempre uma instituição educativa, operando na área onde o homem tem suas potencialidades ativadas ao máximo; conversamente, a educação é um fato social, que dá consistência à sociedade em virtude de uma substância espiritual comum. Por outro lado, a educação não é meramente - nem principalmente - a educação de cada indivíduo por professores individuais, mediante estudo metódico: ela é educação da sociedade política, do conjunto uníssono da sociedade, através do sistema social de que todos participam, que a todos modela e modifica. (BARKER, 1978, p. 62)

A educação da sociedade política, na qual todos participam, é fruto de um processo árduo que se constrói ao longo do tempo de formação deste povo. O trajeto deste trabalho será o de destacar elementos que formam o ideal grego, destacando alguns dos principais pilares de sua rica história.

De um modo inicial, ao olharmos para a história da primeira Grécia³, a partir do século VIII a.C., percebemos que é nela que a história da educação começa a se

³ Termo utilizado por Werner Jaeger ao iniciar sua construção história sobre a noção de Paideia.

estabelecer. Por meio das diferenças entre as classes sociais da época, a nobreza⁴ inicia o desenvolvimento desse processo espiritual.

A nobreza é a fonte do processo espiritual pelo qual nasce e se desenvolve a formação de uma nação. A história da formação grega – o aparecimento da personalidade nacional helênica, tão importante para o mundo inteiro – começa no mundo aristocrático da Grécia primitiva com o nascimento de um ideal definido de homem superior, ao qual aspira o escol da raça. Uma vez que a mais antiga tradição escrita nos mostra uma cultura aristocrática que se eleva acima do povo, importa que a investigação histórica a tenha como ponto de partida. Toda formação posterior, por mais elevada que seja, e ainda que mude de conteúdo, conserva bem clara a marca da sua origem. A formação não é outra coisa senão a forma aristocrática, cada vez mais espiritualizada, de uma nação. (JAEGER, 2013, p. 22)

A busca pela elevação de um povo ou um grupo – como a nobreza – não denota um ponto estanque da história, mas sim um elemento que impulsiona um novo jeito de ser e interagir no mundo, busca criar uma nação mais espiritualizada.

Na Grécia primitiva, o termo *Paideia* ainda não era conhecido na acepção que adquiriu posteriormente. Entendemos por *paideia* a noção apresentada por Jaeger, que ao abordar a relação entre nobreza e *areté*, dirá que, no século V a.C., *paideia* era entendida como “criação dos meninos”. Já a noção de *areté* diz respeito à excelência humana. *Areté*, expressa por Homero em sua poesia, tomará, como núcleo central e ideal de educação, a relação com sua noção mitológica ligada aos heróis (excelência no cuidado do corpo e habilidades de guerra) e também outras habilidades. A noção de virtude moral virá posteriormente. Desse modo, vemos que os sentidos de *areté* em Homero "designam o homem nobre que, tanto na vida privada como na guerra, rege-se por normas certas de conduta, alheias ao comum dos homens. O código da nobreza cavaleiresca tem assim uma dupla influência na educação grega. Dela herdou a ética posterior da cidade, como uma das mais altas virtudes, a exigência de coragem, cuja designação posterior – virilidade – recorda claramente a identificação homérica da coragem com a *areté* varonil. Por outro lado, os mais altos preceitos de uma conduta distinta dimanam daquela fonte. Como tais, valem muito menos determinadas obrigações, no sentido de uma moral burguesa, que uma liberalidade aberta a todos e a grandeza no estilo total da vida (Ibidem. p. 26).

⁴ Demarcar a nobreza/aristocracia como elemento desbravador do ideal de educação grego não significa uma defesa de tal modelo, mas apenas uma sinalização histórica de tal processo.

Tal conceito surge apenas no século V, referindo-se à “criação dos meninos”, porém é nos séculos posteriores que o termo adquire força fundamentadora e torna-se central para a discussão educacional e política. *Paideia* pode também ser traduzida por “virtude” na língua portuguesa, mas carrega a ideia Ocidental de cultura. Jaeger compreende que essa concepção está ligada a uma estrutura político-pedagógica, ligada às necessidades de um Estado que precisava de educação formativa por excelência. Em suma, é no conceito de *areté* que se encontra o ideal de educação desta época e essa tradição remonta a Homero. (Ibidem, p. 24)

O termo *areté* traz consigo um caráter de dominação, próprio da nobreza, como um elemento de força, superioridade, vigor do corpo ou excelência de algo que se faz. Desse modo, o senhorio e a *areté* estabeleciam uma relação indissociável.

A poesia homérica é a referência de formação do ideal de homem grego, principalmente do ideal da nobreza. Há uma forte relação com a noção de dever presente na nobreza como um ideal ético. Diferente das noções atuais, na antiguidade clássica não havia uma separação clara entre ética, estética, política, filosofia e educação, pois faziam parte da vida do homem. “A não separação entre a estética e a ética é característica do pensamento grego primitivo. O procedimento de separá-las surge relativamente mais tarde.” (JAEGER, 2013, p. 60)

Homero marca uma época e inspira um ideal, pois

Ainda em outro aspecto é a *Iliada* testemunho da elevada consciência educadora da nobreza grega primitiva. Mostra como o conceito guerreiro da *areté* já não bastava aos poetas de uma época mais juvenil, mas trazia uma nova imagem do Homem perfeito, para o qual ao lado da ação estava a nobreza do espírito, e só na união de ambas se encontrava o verdadeiro objetivo. E é altamente significativo que seja o velho Fênix, educador de Aquiles, o herói-protótipo dos gregos, quem exprime esse ideal. Numa hora decisiva, Fênix recorda ao jovem o fim para que foi educado: “Para ambas as coisas: proferir palavras e realizar ações”. (Ibidem, p. 28)

Olhar para os gregos clássicos é uma fonte sem igual de formação para o povo grego em geral, pois seu olhar toca a totalidade do humano. Ao pensarem a formação de um ideal de homem, trazem consigo aspectos da cultura, da retórica, da memória dos conquistadores e heróis. Há também o elemento próprio da cultura aristocrática, que é o domínio da palavra, característica esta que não apenas assinala uma elevação espiritual, um legítimo *polités*. A primitiva ética aristocrática volta-se para a formação do homem grego. Seu pensamento sobre o homem e a sua *areté* revela-se logo na unidade do seu desenvolvimento histórico. Apesar de todas as

mudanças e enriquecimentos que experimenta no decurso dos séculos seguintes, conserva sempre a forma recebida da velha ética aristocrática. Desse modo, fica explícito que é nesse conceito de *areté* que se fundamenta o caráter aristocrático do ideal de formação no qual os gregos se inspiraram. (JAEGER, 2013, p. 32 – 33)

O educador de toda Grécia foi Homero e sua poesia. Sua influência significativa na tradição grega destaca as forças estéticas e éticas do homem, forças essas que compõem o conteúdo normativo do ato de educar. “Mas só pode ser propriamente educativa uma poesia cujas raízes mergulhem nas camadas mais profundas do ser humano e na qual viva um *ethós*, um anseio espiritual, uma imagem do humano capaz de tornar uma obrigação e um dever” (JAEGER, 2013, p. 64). A influência da poesia homérica transcende gerações. Esse modelo também está presente na formação de Esparta, cidade que desenvolve a noção de Estado por meio da luta e pela lei. O ideal homérico da *areté* heroica transforma-se no heroísmo do amor à pátria. Aqui o poeta inspira o espírito de cidadania à vida de todos, uma fraternidade de concidadãos. Esse ideal de *areté* heroica subverte a própria morte física, pois aquele que se doa em prol da pólis fica na memória, eternizado em seu eu ideal, tendo seu nome para sempre lembrado. “O homem político alcança a perfeição através da perenidade da sua memória na comunidade pela qual viveu ou morreu”. (Idem, p. 121-123)

O desenvolvimento do Estado e a instituição das leis criam novas formas de vida e significação de um novo estatuto de formação do homem. “O ideal antigo e livre da *areté* heroica dos heróis homéricos converte-se em rigoroso dever para com o Estado, ao qual todos os cidadãos sem exceção estão submetidos, tal como são obrigados a respeitar as fronteiras entre o próprio e o alheio”. (Ibidem. p. 138)

Assim, a constituição de um Estado jurídico supera a noção de *areté* ligada à aristocracia. Surge um novo olhar sobre a relação entre o sujeito e a pólis. A *diké* ocupa um significativo lugar neste novo projeto de sociedade, pois “constitui-se em plataforma de vida pública, perante a qual são considerados ‘iguais’ grandes e pequenos. Os próprios nobres tinham de submeter-se ao novo ideal político que surgiu da consciência jurídica e se tornou medida para todos.” (Ibidem, p. 137)

Nesse panorama, o lugar do indivíduo vai ganhando outro significado, o processo de formação vai também se alterando e a pólis passará a ser o lugar central e paradigma da vida dos sujeitos. Assim, analisar a relação entre o homem grego e o

universo espiritual da pólis se torna fundamental para compreendermos a estreita relação construída a partir de sua educação.

1.2 PÓLIS, O LUGAR DA PALAVRA E DA PERSUASÃO

É com os gregos que a política ganha fundamento e sustentação. Tal afirmação não nega a possibilidade de que outros sistemas não tivessem algum tipo de democracia tribal, mas é com os gregos que tal modelo ganha base e teorização.

Os gregos – e isso ninguém poderá contestar – foram os primeiros a pensar sistematicamente sobre política, a observar, descrever e, finalmente, formular teorias políticas. Por boas e suficientes razões, a única democracia grega que podemos estudar com profundidade, a de Atenas nos séculos V e IV a.C., foi também a mais fecunda intelectualmente. Foi a produção escrita grega originada da experiência ateniense que os séculos XVIII e XIX conheceram, na medida em que a leitura da História teve um papel no despertar e no desenvolvimento das modernas teorias democráticas. (FINLEY, 1988, p. 27)

Segundo a tese de FINLEY, o universo grego, e de um modo particular, o ateniense, proporciona aos cidadãos⁵ um amplo espaço de debate e decisão. Essa sistematização do saber político se dá pela palavra: escrita e falada, modelo que vigora na pólis como instrumento claro de poder.

O que implica o sistema da pólis é primeiramente uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder. Torna-se o instrumento político por excelência, a chave de toda autoridade no Estado, o meio de comando e de domínio sobre outrem. Esse poder da palavra – de que os gregos farão uma divindade: *Peithó*, a força da persuasão – lembra a eficácia das palavras e das fórmulas em certos rituais religiosos, ou o valor atribuído aos “ditos” do rei quando pronuncia soberanamente a *Themis*; entretanto, trata-se na realidade de coisa bem diferente. A palavra não é mais o termo ritual, a fórmula justa, mas o debate contraditório, a discussão, a argumentação. (VERNANT, 2016, p. 53 – 54)

A palavra ocupa um lugar simbólico dentro da formação da pólis, pois é um instrumento de debate e construção de argumentação. Ela supõe um público para compô-la, oposição de ideias, criação, inventividade, posicionamento, interesse e

⁵ Ao analisarmos tal tema consideramos que havia na Grécia o regime de escravidão, mas apesar de tais circunstâncias a constituição democrática de tal Estado é admirável. Outro aspecto a ser registrado é que a escravidão enquanto um problema humano é fruto da modernidade. Na antiguidade essas discussões não tinham espaço, pois ser escravo ou estar escravo poderia ser uma condição de dívida ou de nascimento. O que se sugere é que nem todos tinham um devido espaço de participação enquanto deliberação pública.

participação. “Entre a política e o logos, há assim relação estreita, vínculo recíproco. A arte política é essencialmente exercício da linguagem.” (Idem. p. 54)

É a palavra o primeiro elemento constitutivo a ser destacado como característica da pólis, pois é por meio dela que os sujeitos expressam suas vontades e interesses.

A segunda característica relevante da formação da pólis é seu caráter de publicidade em relação às manifestações da vida social. Há uma exigência de publicidade que não exime as particularidades dos sujeitos. Prioriza-se o grupo, a coletividade e não mais uma pequena parcela da sociedade.

A cultura grega constitui-se, dando a um círculo sempre mais amplo – finalmente ao demos todo – o acesso ao mundo espiritual, reservado no início a uma aristocracia de caráter guerreiro e sacerdotal (a epopeia homérica é um primeiro exemplo desse processo: uma poesia de corte, cantada primeiramente nas salas dos palácios; depois sai deles, desenvolve-se e transpõe-se em poesia de festa) (VERNANT, 2016, p.55).

O ponto em questão sinaliza a mudança pela qual a Grécia, de um modo particular Atenas, passa, deixando os elementos que eram próprios de uma cultura homérica aristocrática, para um novo momento de abertura em que os conhecimentos são postos em praça pública, sujeitando-os a controvérsias. Esses conhecimentos não são mais de grupos particulares garantidos pelo poder familiar, agora são comuns e sujeitos a disputas e argumentações.

A sustentação da comunidade política se dá pelo cultivo do jogo político que fomenta o debate e o espaço de construção social. Dentro da *pólis* não há mais espaço para imposição, pois

a lei da pólis, por oposição ao poder absoluto do monarca, exige que umas e outras sejam igualmente submetidas à “prestação de contas”. Já não se impõem pela força de um prestígio pessoal ou religioso; devem mostrar sua retidão por processos de ordem dialética. (VERNANT, 2016, p. 56)

A palavra falada era elemento de exercício político, mas tem-se a necessidade de oficializar os discursos e intelectualizar a cultura comum para o amplo acesso do povo. “Ao lado da recitação decorada de textos de Homero ou de Hesíodo – que continua sendo tradicional –, a escrita constituirá o elemento de base da *paideia* grega.” (Ibidem, 2016, p. 56)

A questão da retórica tornou-se importante instrumento para a *paideia* e a relação com essa comunidade. Ao despontar essa necessidade, surgiu o movimento sofista que eram especialistas naquilo necessário para o bom desenvolvimento da pólis: a arte de falar bem. “Um *sophiste* escreve e ensina porque tem especial perícia ou conhecimento para comunicar. Sua *sophia* é prática, quer nos campos da conduta e política quer nas artes técnicas”. (GUTHRIE, 2007, p. 34)

Apesar de os sofistas não gozarem de prestígio na Grécia antiga, principalmente por serem alvos de severas críticas pelos filósofos “clássicos”⁶, eles ocupavam um lugar significativo na educação desse povo, introduzindo e ensinando a arte da retórica. Seu papel é grandioso nesse sentido, pois o que conhecemos como a arte de bem falar foi largamente desenvolvida em seus cursos e práticas. O contexto grego da época era o de exposição, principalmente na ação pública de fazer uso da palavra na ágora. Para serem bem inseridos nesse processo, era necessário contar com a instrução desses homens que vendiam seus serviços com o intuito de instruir aqueles que os buscavam. “Na Grécia, o sucesso que contava era primeiramente político e em segundo lugar forense, e sua arma era a retórica, a arte da persuasão”. (Ibidem, p. 51)

Eles eram os professores ideais para fomentar nos jovens o que era ou não adequado para a participação, pois o objetivo geral era governar a cidade. Nesse sentido, o movimento sofista em geral e sofistas particulares demonstravam ter domínio de um *savoir-faire* que era próprio do cavalheiro. (Ibidem, p. 42)

Ensinar o saber que conduzirá à boa administração do Estado é papel dos sofistas. Saber falar, dominar a retórica era uma arte que trazia consigo o poder e o sucesso de uma carreira política.

É exagero dizer, como temos dito amiúde, que os sofistas nada tinham em comum exceto o fato de serem mestres profissionais, nenhum campo comum nos assuntos que ensinavam ou na mentalidade que estes produziam. Um assunto pelo menos todos eles praticavam e ensinavam em comum: a retórica ou a arte do *logos*. Em Atenas, em meados do séc. V, ser orador eficaz era a chave do poder. “A palavra é déspota poderoso”, como Górgias disse num de seus discursos que se conservaram [...]; e com a arte do *logos* viria tudo o necessário para a carreira política de sucesso. (Ibidem, p. 46)

O processo de formação proposto pelos sofistas tinha como intuito atingir o sucesso da vida política. Nesse sentido, inicia na história da Grécia uma mudança em

⁶ Sócrates, Platão e Aristóteles.

relação ao ensino homérico, pois a crítica a poesia e ao ideal de formação homérico, no qual o homem deveria ter uma *areté* que se ligava ao cuidado do corpo e a virtude do bom guerreiro, começam a ser questionadas. Um novo ideal estava surgindo e ele estaria ligado a arte do bem falar e persuadir. Dessa forma, “os sofistas inseriram em sua arte dos *logoi* a exposição e crítica da poesia.” (Ibidem, p. 47)

O processo de formalização dos espaços políticos e a consolidação da fala e da escrita na democracia ateniense não acontece com tranquilidade. É importante uma sobreposição da razão humana em relação às divindades que antes regiam os sistemas e até mesmo a condução das cidades. Nesse ponto a ideia de um poder político democrático⁷ ganha ainda mais força. “A dessacralização de todo um plano da vida política tem como contrapartida uma religião oficial que se distanciou das questões humanas e que não está mais tão diretamente ligada às vicissitudes da *arché*”. (VERNANT, 2016, p. 60)

O movimento de separação entre os governos pautados em ideias da religião e o surgimento da filosofia, ocorre de modo gradual, porém, demonstra uma racionalização do mundo da vida por parte do povo grego.

Com o despontar das ideias democráticas, estabelecer leis positivas desvinculadas da religião era caráter de proteção para os indivíduos.

A codificação da lei veio a ser considerada proteção necessária para o povo. Não só Eurípedes considerou-a garantia para direitos iguais e baluarte contra a tirania, mas também na prática a democracia restaurada no fim da guerra do Peloponeso proibiu expressamente ao magistrado fazer uso de leis não-escritas (GUTHRIE, 2007, p. 26).

Entre o mistério e o desabrochar da ágora, surge o filósofo como personagem importante na constituição grega, flutuando entre o espírito de segredo das seitas e a publicidade do debate político (VERNANT, 2016, p. 64).

No âmbito do debate político, a retórica era uma arte, a “arte dos *logoi*” e tinha o papel de comunicar e persuadir os interlocutores sobre um conhecimento. Com o advento dos sofistas educadores, alguns filósofos aristocratas, como Platão e Aristóteles, buscavam desqualificar seu ensino como técnica estrita, buscavam estabelecer relações com a verdade. Assim, se esta fosse tirada das mãos dos persuasores, os sofistas, e tivesse um compromisso restrito com a verdade, poderia

⁷ Neste ponto assume-se um olhar geral em relação aos conceitos de democracia neste contexto. Vale-se de uma ideia de formação de um movimento político que inspira novas formas de agir e ser.

ser uma extensão da filosofia. Nesse sentido, os filósofos buscavam referendar um lugar central nessa nova conformação social.

A arte retórica era também conhecida como “a arte dos *logoi*”, e o amplo sentido desta palavra (de falar ou fazer discurso até argumento, razão, pensamento) tornou possíveis diversas concepções da arte de que era o tema. A meta de Platão era tirá-la das mãos de persuasores superficiais e argumentadores especializados, mostrando que, aplicada propriamente e baseada no conhecimento da verdade, era coextensiva com a filosofia (GURHRIE, 2007, p. 168).

A questão posta é que, tradicionalmente, os sofistas não eram reconhecidos como aqueles que tinham um compromisso com a verdade, eram relativistas. Para os filósofos clássicos, essa postura e descompromisso com a verdade era um sério problema, pois “sem ela o homem crê em tudo o que se lhe diz, e mais tarde descobre que é falso, e em sua desilusão cai no mau uso não de sua falta de experiência, mas dos próprios *logoi*, desviando-se assim da vereda do conhecimento e da verdade” (Ibidem, p. 168).

Viver na *pólis* era, antes de tudo, viver para o discurso. É interessante ressaltar que na *pólis* surge uma filosofia política que estabelece uma clara distinção entre ação e discurso como atividades independentes, dando ênfase para o segundo como uma clara especificação do ser político.

Na experiência da *pólis*, que tem sido considerada, não sem razão, o mais loquaz dos corpos políticos, e mais ainda na filosofia política que dela surgiu, a ação e o discurso separam-se e tornam-se atividades cada vez mais independentes. A ênfase passou da ação para o discurso, e para o discurso como meio de persuasão e não como forma especificamente humana de responder, replicar e estar à altura do que aconteceu ou do que foi feito. Ser político, viver em uma *pólis* significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência. Para os gregos, forçar pessoas mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com a vida em família, em que o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos, ou da vida nos impérios bárbaros da Ásia, cujo despotismo era frequentemente comparado à organização doméstica. (ARENDR, 2017, p.32)

Ser político para o grego é fazer o bom uso da palavra em detrimento da força ou violência. A palavra é instrumento de poder, decisão e organização no seio da *pólis*.

Em todo esse contexto, a *pólis* solidifica-se como o lugar dos semelhantes e os discursos parecem objetivar o fortalecimento da unidade e da participação no Estado.

Aos dois aspectos que assinalamos – prestígio da palavra, desenvolvimento das práticas públicas – um outro traço se acrescenta para caracterizar o universo espiritual da *pólis*. Os que compõem a cidade, por mais diferentes que sejam por sua origem, sua classe, sua função, aparecem de uma certa maneira “semelhantes” uns aos outros. Esta semelhança cria a unidade da *pólis*, porque, para os gregos, só os semelhantes podem encontrar-se mutuamente unidos pela *Philia*, associados numa mesma comunidade. O vínculo do homem com o homem vai tomar assim, no esquema da cidade, a forma de uma relação recíproca, reversível, substituindo as relações hierárquicas de submissão e de domínio (VERNANT, 2016, p. 64 – 65).

O primeiro ponto de destaque é o surgimento da noção de unidade da *pólis*, fruto do processo histórico de antítese entre *physis* e *nomos* que originalmente foi fruto do debate entre os filósofos naturalistas e humanistas quanto à ideia das leis que, para a preservação da sociedade, inspiraram o viver juntos como manutenção da sobrevivência (GUTHRIE, 2007, p. 25).

O segundo ponto de abordagem é em relação ao surgimento da noção de *Philia* dentro da comunidade, pois todos a partir desse momento vivenciarão dois movimentos particulares no universo da *pólis*, o reconhecimento enquanto semelhantes *Hómoioi*, e posteriormente, de modo mais abstrato, como *Isoi*, tratando-se como iguais (VERNANT, 2016, p. 65).

Abandonar os modelos hierárquicos de submissão e domínio, bem como colocar os homens em lugar de igualdade e semelhança, faz com que o desenvolvimento da *pólis* seja substancial, pois, mesmo havendo oposições na vida social, os cidadãos se colocam no plano político como iguais. Dessa forma, surge a democracia como um sistema igualitário de governo do povo, em que o poder da voz entre os cidadãos ocupava lugar singular. O sentimento de pertença faz com que o governo utilize a assembleia como recurso deliberativo último, assim ela vai ocupar um lugar singular no processo.

A democracia ateniense era direta, não representativa, em dois sentidos. O comparecimento à Assembleia soberana era aberto a todo cidadão, e não havia burocracia ou funcionários públicos, exceto uns poucos escriturários, escravos de propriedade do Estado que faziam registros inevitáveis, como cópias de tratados e leis, listas de contribuintes inadimplentes e similares. O governo era, assim, “pelo povo”, no sentido mais literal. A assembleia, que detinha a palavra final na guerra e na paz, nos tratados, nas finanças, na legislação, nas obras públicas, em suma, na totalidade das atividades governamentais, era um comício ao ar livre, com tantos milhares de cidadãos com idade superior a 18 anos quantos quisessem comparecer naquele determinado dia. (FINLEY, 1988, p. 31)

O processo democrático direto colocava o indivíduo em um lugar ímpar de decisão e participação social. Todos aqueles que eram livres tinham direito à fala e poderiam opinar sobre o desdobramento da vida da *pólis*, tomando a palavra. “A *Isegoria*, o direito universal de falar na Assembleia, era algumas vezes empregado pelos escritores gregos como sinônimo de ‘democracia’” (FINLEY, 1988, p. 31). Nesse sentido, a palavra ocupa um singular lugar na formação da democracia ateniense, pois ela dá poder os sujeitos para que façam uso de sua opinião e possam exercer seu direito político diante dos iguais na Assembleia pública. Porém, não é a penas no discurso que bons políticos devem se forjar, mas sim através de ações. Saber agir do mesmo modo que saber proferir um discurso é uma das características desse novo *ethos* grego.

1.3 A FORMAÇÃO DO HOMEM PARA A AÇÃO – O EXEMPLO DE PLUTARCO⁸

Plutarco exerce na história um papel importante de síntese do pensamento de várias personalidades que o antecederam e também deixa para a história a sua contribuição sobre a educação. Ferreira (2012, p.135), em sua obra sobre Plutarco, já destaca que a formação dos cidadãos, e em particular daqueles que governam o Estado, sempre foi objeto de discussão, pois sabiam que a educação dos jovens exerce uma influência sobre o destino da *pólis*.

O primeiro elemento destacável, e já abordado neste trabalho, é a retomada do olhar sobre a educação e sua importância para a efetiva realização dos ideais, tanto aristocráticos como democráticos. Nesse sentido, o fator educacional parece apresentar-se como fundamental na constituição de um Estado que busca formar homens para a ação política por excelência.

Da análise do que nos é dito sobre a formação de Aquiles e de Telémaco (nos quatro primeiros cantos da Odisseia), podemos inferir que educação da aristocracia retratada na epopeia homérica assenta em dois elementos fundamentais – o exemplo e o contato dos indivíduos mais velhos – e não na frequência de uma escola formal. Esses indivíduos mais velhos e experientes, a quem se confiava a educação dos jovens, eram, por norma, amigos da família e tinham não só a função de transmitir conhecimentos, valores e ideias partilhados pelo grupo social a que pertenciam, mas também o dever de despertar nos “formandos” o espírito agônico característico da aristocracia,

⁸ Plutarco nasceu no ano de 46 d.C. e morreu em 126 d.C. Foi um importante historiador, filósofo. Dono de uma vasta produção intelectual, na qual se destaca o livro "Vidas comparadas - ou paralelas".

bem como velar para que, no futuro, as ações dos jovens não envergonhassem os mestres e as famílias. (FERREIRA, 2012, p.136)

O primeiro elemento a ser discutido aqui é sobre o processo de educação. Os jovens eram inseridos em contextos nos quais tinham contato com os mais velhos que os inspiravam e eram seus exemplos. Esses jovens não frequentavam uma escola normal para o desenvolvimento de suas aptidões, o que lhes permitia a compreensão de uma característica de época e de seu grupo de pertencimento, que tinha como intuito zelar para que aquele espírito da aristocracia permanecesse por muitos séculos. Isso só era possível, pois a aristocracia não necessitava do seu próprio trabalho para a manutenção de sua vida, bastava-lhes o desfrutar de uma vida voltada para o esporte, a poesia e a música. (Ibidem, p. 137)

Com o apogeu do século V e a melhoria das condições de vida das variadas classes sociais, muitos outros jovens tiveram acesso à formação básica que seguia as alterações de modo de vida social (FERREIRA, 2012, p.141). Nesse ponto há uma percepção de que a educação passa a ser também encarada como uma atividade política, pautada no olhar para os deveres, e se estendia por toda infância do cidadão. Desse modo,

a educação pode ser encarada como uma atividade política (no sentido etimológico do termo), na medida em que a aprendizagem dos deveres de cada um enquanto cidadão ocorria através do próprio convívio social (nomeadamente através de espetáculos como a tragédia) e se prolongava para além da infância através da participação na vida das instituições e/ou grupos (como os cultos locais ou cívicos, os coros, o exército, os grupos profissionais e os de lazer – atléticos, venatórios, entre outros). Era a frequência de tais atividades que permitia a integração de um verdadeiro cidadão, pelo que podemos afirmar que a própria comunidade era fonte de ação e de comportamento. (Idem, p. 141)

Apesar de ainda se manter uma estreita ligação com o universo cultural fonte da propagação do ideal homérico, abre-se uma nova forma de ensino que contém um olhar voltado para a formação política social, com participação ativa na vida das instituições que cumpriam uma função social de integração do indivíduo ao universo da pólis e nela se aprendia sobre as leis e a viver de acordo com elas.

A forma política de viver em Atenas forja o caráter educativo para com seus cidadãos. A *pólis* cumpria um papel de educadora de seu povo, que tinha como principal intuito normatizar e organizar a convivência social deste. A evolução do processo de educação está intimamente ligada a evolução da *pólis*, pois há uma

necessidade de formar cidadãos capazes de participar efetivamente dos processos políticos. Essa conjuntura favorável de participação do cidadão nos assuntos do Estado, atingiu seu auge em meados do século V a. C., principalmente no governo de Péricles, que além de consolidar o regime democrático em Atenas também instituiu as *mistoforias*, pagamentos individuais pela participação nas Assembleias. Certamente, esse expediente foi decisivo para incentivar a participação dos cidadãos com menos recursos monetários (FERREIRA, 2012, p.142). Depois de Péricles, a participação política nas Assembleias se tornou uma forma interessante de educação.

Tal processo educativo é notadamente apoiado por Plutarco. Mesmo com as transformações da educação grega. O historiador é claro ao afirmar que a boa educação é um investimento sem igual, porque é ela que conduz à felicidade e à virtude. Para Plutarco

Todo aquele que não recebe uma formação apropriada transforma-se em um adulto que rejeita a vida regrada e entrega-se a prazeres próprios de escravos: uns tornam-se adúlteros e parasitas, outros compram a liberdade e cortesãs e prostitutas (que, como veremos, não servem para constituir família), outros passam a vida em banquetes, rodeados de más companhias. Consequentemente, a instrução afigura-se como único bem imortal e divino, que nem a guerra – que tudo destrói – consegue abalar. Ademais, por ironia do destino, a instrução (e a sabedoria que dela decorre) é o único bem que realmente importa e o único que se enriquece, que não se degrada, com o correr dos anos, daí que seja tão importante investir nele. (Idem, p.152)

A concepção de educação de Plutarco assimila um *ethos* que direciona o agir dos sujeitos em prol de sua felicidade. É na educação que acontece o direcionamento e a formação do caráter dos indivíduos, garantindo assim uma primazia da razão frente aos desejos e às paixões.

No aspecto da instrução, Plutarco defenderá a filosofia como principal elemento do “currículo” formativo do cidadão. Ele ainda afirmará que manter o processo educativo de modo consolidado e perene é uma difícil missão, porém não se deve perder o foco e o reto desejo de fazê-lo, pois as crianças e os jovens são o futuro e a boa educação exerce a função de incutir nesses sujeitos os valores necessários para que eles possam superar as gerações passadas. (Ibidem, p. 157)

Com a narrativa de Plutarco é possível perceber a transformação na perspectiva de educação na Antiguidade. Se, em um primeiro momento, o ideal de homem clássico, fundamentado em Homero, tinha uma perspectiva heroica, através da formação aristocrática, em seguida percebemos que as mudanças ocorrem para

dar conta e permitir que surja o homem um político como ideal da cidade através da retórica e da persuasão, ou seja, uma formação de destaque na *areté* e a ação política. Na época de Plutarco, temos o sistema democrático grego já consolidado e a educação ganha caráter central para as garantias do mesmo sistema. Possibilitar um enfoque maior na educação e formação da pólis, de um modo particular na boa instrução que possibilita melhor participação na vida ativa da cidade, passou a ser importante para manutenção e garantia de participação nas assembleias e decisões políticas.

A leitura apresentada por Plutarco remete à importância do alargamento da compreensão da teoria política clássica, movimento estabelecido aproximadamente no século V a.C. Tal apontamento conduz à reflexão sobre a importância desse movimento iniciado pelos sofistas, tendo seu seguimento estabelecido por Sócrates, Platão e Aristóteles. Analisar este momento histórico da história do Ocidente é fundamental para se pensar no movimento educacional que poderia ser feito na contemporaneidade, pois mesmo não sendo situações semelhantes o estudo de conceitos e fatos da antiguidade pode contribuir para o debate sobre o agir político e as reflexões filosóficas em sala de aula hoje. Nesse sentido, é possível asseverar que o estudo dos clássicos é de importância capital para a compreensão dos processos políticos, educacionais e sociais contemporâneos.

2 FILOSOFIA CLÁSSICA COMO FUNDAMENTO PARA A FORMAÇÃO DA CIDADANIA NA ATUALIDADE

O pensamento clássico é norteador de toda a cultura ocidental. Os gregos, de um modo particular, estabeleceram parâmetros de organização das cidades que nos inspiram até os dias de hoje.

Nesta segunda parte do trabalho, não pretendemos estabelecer uma análise ortodoxa dos textos clássicos, nem mesmo demarcar um território sobre um ou outro filósofo, mas sim analisar as principais ideias dos clássicos que ainda são fonte de debate e inspiração para o pensamento da filosofia política. Em outro sentido também buscamos refletir sobre a relação desse pensamento com algumas atuais práticas cidadãs.

O primeiro elemento a ser analisado é o papel de teorização da política por parte dos gregos. Nasce com eles o sentido de abstração em relação à participação, à natureza e ao papel da *pólis*. Sobre isso, afirma FINLEY

A teoria política grega pode ser considerada uma abstração desta inerente tendência refletiva: a teoria política dos gregos era, basicamente, a reflexão a propósito da natureza da *pólis*, dirigida como empreendimento intelectual autoconsciente, diverso – e em nível mais geral – do debate sobre matérias políticas específicas (FINLEY, 1998, p. 49).

Segundo o autor, compreende-se que a noção de cidadania é construída principalmente a partir da compreensão e da reflexão sobre a natureza da *pólis*, e sobre o debate de questões que surgem no cotidiano.⁹

Tendo como ponto de partida esse enfoque, nota-se que Sócrates e os sofistas ocupam um importante lugar de sistematização e problematização sobre o papel e função da *pólis*. São eles que analisam primeiramente o sentido abstrato que paira sobre ela.

Concomitantemente à ideia de reflexão sobre o sentido da *pólis*, também surge a necessidade de instrumentalização para o agir político dentro dela. Essa necessidade surge a partir do século VI a.C., no contexto da crise da tirania, exigindo assim uma ampla necessidade de instrumentalização para a ação política.

Após a crise da tirania, no sexto século, vemos a maioria das cidades gregas, e, sobretudo, a democrática Atenas, animarem-se de intensa vida política: o exercício do poder, a gestão dos negócios públicos tornam-se a ocupação fundamental, a atividade mais nobre e a mais apreciada do homem grego, o supremo objetivo ofertado à sua ambição. Trata-se sempre, para ele, de sobrepujar, de mostrar-se superior e eficaz; todavia, não é mais no domínio do esporte e da via elegante que seu “valor” [...] busca patentear-se: é na ação política, que, doravante, encarna-se. Os Sofistas põem seu ensino a serviço deste novo ideal da [...] política: equipar o espírito do cidadão para a carreira de homem de Estado, formar a personalidade do futuro dirigente da cidade – tal é o programa que eles concebem (MARROU, 2017, p. 103).

O surgimento de um fato novo nesse contexto exige, da mesma forma, a necessidade de se instrumentalizar, de um modo particular, o jovem ateniense, para a participação e a deliberação pública. Dessa forma, o movimento sofista surge com um amplo destaque para ocupar esse lugar de transição no processo de educação do povo ateniense, que é o ensino da técnica política para o sujeito grego. Eles

⁹ Vale ressaltar que este trabalho tem por opção estabelecer uma análise sobre o desenvolvimento do pensamento político a partir da concepção ateniense.

inauguram a formação do espírito do homem grego. Para eles, o espírito era o órgão pelo qual o homem apreende o mundo das coisas e se refere a ele, em uma intrínseca relação (JAEGER, p. 342). A partir dessa ideia, nota-se que os sofistas atendem a duas demandas para o universo grego: uma de caráter enciclopédico e outra de caráter espiritual.

O papel desempenhado pelos sofistas, apesar de muitos manuais de história da filosofia não reconhecerem seu devido valor, é muito significativo. Sobre isso, relata GUTHRIE:

Isócrates em sua idade avançada defendeu a profissão que equiparou com o seu próprio ideal filosófico, ideal muito mais próximo de Protágoras que de Platão. A melhor e maior recompensa de um sofista, diz ele, é ver alguns de seus alunos se tornarem cidadãos sábios e respeitados (2007, p. 39).

Este era o desejo e papel dos sofistas, de um modo geral, dentro do contexto da pólis: formar os jovens para o agir político na ágora. O que importava dentro dessa perspectiva ateniense era o bom desempenho no uso da palavra, que se enriquecia com a formação adquirida pelos alunos. “Na Grécia, o sucesso que contava era primeiramente político e em segundo lugar forense, e sua arma era a retórica, a arte da persuasão” (2007, p. 51).

É interessante observar que o universo grego, particularmente o ateniense, proporciona aos cidadãos um amplo espaço de debate e decisão. Essa sistematização do saber político se dá pela palavra: escrita e falada. Esse modelo vigora na *pólis* como instrumento claro de poder. Como indica Vernant (2016, p. 53 – 54), é a força da palavra que se erguerá “sobre todos os outros instrumentos de poder”. A palavra, discurso, será “instrumento político por excelência”, uma forma de exercer a atividade política e de adquirir a autoridade para obter o comando e o domínio de outros, ou seja, a persuasão política.

A força da palavra dentro do debate público na ágora torna-se um elemento inspirador para a prática filosófica em sala de aula, a partir do trabalho do Plenarinho, pois, compreendendo a força da palavra dentro dos espaços públicos, os estudantes passam a entender a necessidade de ampliar seu cuidado e análise dentro dos debates públicos, passando a observar cuidadosamente a ação política de homens eleitos pelo povo, pois seu instrumento de trabalho é a palavra.

Um outro elemento de destaque, que segue a perspectiva da teoria política, é o papel dos filósofos, pois, com eles, segue a racionalização do mundo e a relação entre o sujeito e a *pólis*. Sócrates, de um modo particular, ilustra esse caminho filosófico com maestria. Sua forma de conduzir os diálogos é, pedagogicamente, um despertar filosófico, que se estende para a sala de aula, buscando uma problematização do mundo e dos conceitos de dele nascem, sempre em movimento e problematização. Sobre o método socrático, Koyré (1988) explica que os leitores gostariam de receber respostas aos problemas postos por Sócrates, que, na maioria dos casos, recusa-se a dar, uma particularidade dos “diálogos socráticos”, que muitas vezes chegam a uma aporia. A inconclusividade da discussão se encerra por uma declaração de ignorância, demonstrando toda a fraqueza de argumentos de seu interlocutor. A forma dialética impiedosa e sutil, utilizada nesses diálogos, demonstra os argumentos infundados e a insanidade das crenças de seus interlocutores, que nos momentos decisivos lhe indagam: “E tu, Sócrates, que pensas?”. Sócrates foge à resposta. Afirma que seu papel não é o de emitir opiniões, mas sim de examinar a opinião dos outros, pois ele mesmo só sabe de uma coisa, que nada sabe (p. 9 -10).

O segundo filósofo a ser destacado neste trabalho é Platão, tomando por base a análise traçada pelo autor no livro *A República*¹⁰.

Analisar Platão e colocá-lo no debate em sala de aula é um trabalho salutar que agrega valor filosófico para a compreensão e a ação política dos jovens. Destaca-se, de um modo particular, a abordagem sobre a ideia de justiça e a necessidade de uma reflexão sobre tal tema dentro da *pólis* e na vida dos cidadãos. O aspecto reflexivo que a obra revela torna a prática docente e o debate, em sala, mais ricos e significativos para os estudantes.

Como análise, toma-se o livro I, no qual a ideia de justiça é inconclusiva.

- Ah! A muitos homens, Polemarco, a todos quantos estão enganados ocorrerá que o justo seja prejudicar seus amigos, já que são maus, e ajudar seus inimigos, já que são bons. Sendo assim, estaremos dizendo justamente o contrário da afirmação que atribuíamos a Simônides.
- É bem isso que acontecesse, disse. Mas vamos melhorar nossa definição, pois pode muito bem ser que não tenhamos definido corretamente amigo e inimigo.
- Ao defini-los como, Polemarco?
- Amigo é quem parece bom.
- E agora, disse eu, como melhoraremos essa definição?

¹⁰ PLATÃO. *A República*. Tradução Anna Lia Amaral de Almeida Prado. 2. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2014.

- Amigo é quem parece bom, disse ele, e realmente é bom; quem parece bom, mas não é, parece ser amigo, mas não é. A respeito do inimigo, nossa definição será a mesma.
- Amigo, pelo que se vê, de acordo com essa definição, será o homem bom e o inimigo, o mau.
- Sim.
- Ordenas que à ideia do justo acrescentemos algo além do que dizíamos a princípio, quando afirmávamos que é justo tratar bem o amigo e mal o inimigo e, agora, que a isso acrescentemos que é justo fazer o bem ao amigo, que é bom, e prejudicar o inimigo, que é mau?
- É bem isso, disse. Assim, parece-me, está bem. (Platão, 2014, 335a)

Tal texto agrega valor, pois, diante dos argumentos dos interlocutores de Sócrates, muitas vezes utilizando a poesia, nota-se uma imprecisão que é destacada pelos estudantes em relação à justiça. O próprio Sócrates, na sequência do diálogo, aponta uma impossibilidade em saber quem é o verdadeiro amigo, para se fazer o bem e quem é o verdadeiro inimigo para auferir o mau. Nesse sentido, há possibilidades de argumentar em vários sentidos para se estabelecer o que é ser justo.

A postura socrática, presente no debate, também se torna significativa, pois busca uma ruptura com os conceitos frágeis, que se distanciam da ideia de justiça, e também daqueles conceitos baseados na poesia – elemento de crítica platônica.

O elemento que deve ser destacado é que a argumentação platônica, de um modo geral, volta-se a uma única preocupação: o bem-estar e o convívio dentro da *pólis*, partindo da premissa de que a ideia de justiça deve pautar as relações políticas dos indivíduos que nela vivem.

É possível considerar como fundamental para essa relação entre a educação política grega e a sala de aula contemporânea também o pensamento aristotélico. Aqui se destaca sua ideia de espaço público como um espaço de realização do cidadão. A participação, compreendida como a capacidade de atuação pública diante da Assembleia, se conformava com o talento retórico do *politikós*, este só adquiria notoriedade se suas ações se destacassem para seus concidadãos. Aristóteles aponta o raciocínio prático ou deliberação como a investigação das melhores ações que devem objetivar o sumo bem. Em sua investigação, Aristóteles, argumenta que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem, porém existem variações nos fins das ações (artes, ciências). O fim médico é a saúde, da arquitetura é a construção, do professor o ensino e etc.

Nesse ponto, Aristóteles desenvolve a ideia de sumo bem, como algo que se deseja por si mesmo, que inicia com o indivíduo e que depois se amplia e atinge a nação (cidade/estado). Assim, o processo de educação aristotélico busca realizar este

caminho em direção ao sumo bem, primeiro nos indivíduos, por meio da educação, depois na nação, por intermédio da política.

"Ademais, para o exercício de todas as faculdades e artes são necessárias certas formas de educação preliminar e a criação de hábitos em suas várias manifestações; logo, é evidente que deve acontecer o mesmo com as práticas morais". (ARISTÓTELES, VIII, 1,1337a)

Aristóteles tenta, de algum modo, sistematizar uma filosofia política que seja voltada para o processo de formação de seus jovens, tendo como foco específico a civilidade. Esse processo tem como objetivo a felicidade, ideia esta que não se separa da *pólis* nem do indivíduo. Por isso, a estreita relação entre *pólis* e os processos de formação política e de administração da cidade.

Mas o objetivo a que nos propomos é discernir a melhor forma de governo, e esta é a que enseja a melhor administração da cidade, e a melhor administração de uma cidade é a que lhe proporciona maior felicidade; obviamente, portanto, não podemos ignorar o que seja a felicidade; Sustentamos (de conformidade com nossa definição na Ética, se os argumentos nela apresentados têm alguma utilidade) que a felicidade é o resultado e o uso perfeito das qualidades morais, não condicionalmente, mas absolutamente. (Ibidem, VII, 8, 1332 a.)

O homem, para Aristóteles, é um ser social, e é dentro da cidade que ele maximiza suas potencialidades, é onde ele exerce sua natureza que é ser político. O homem grego não vive fora da *pólis*.

Há uma característica própria do povo grego que é a noção de comunidade, a comunidade política. Na concepção teleológica de Aristóteles, os homens manifestam uma inclinação para viver em comunidade, ou seja, ela é o bem maior para o qual todas as coisas tendem.

É uma espécie de comunidade e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são práticas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam a algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é comunidade política. (Ibidem, I, 1, 1252 a.)

A comunidade política como bem maior proposto por Aristóteles implica dois pilares centrais na noção de civilidade: a vida moral e a vida política. Nota-se que há um grande destaque para a vivência dentro da *pólis*, não só com a participação ativa, mas com a vivência dos valores por ela estabelecidos para que o indivíduo se realize

plenamente. Há um destaque quanto ao caráter dos cidadãos para que vivam de modo justo.

Aristóteles propõe questões intrigantes em relação ao modo de viver na *pólis*, pois como ela tende a ser o fim último do agir político, será apenas nela que o filósofo admite uma realização dos homens. Tal posição assertiva nos apresenta reflexões para os dias de hoje, principalmente em relação à falta de comprometimento com o que é de interesse público. Por isso, revisitar as relações de cidadania e democracia clássicas, bem como seus impactos sobre as relações da *pólis*, levanta reflexões sobre nossas próprias relações com a cidade e o estado na contemporaneidade.

Nesse sentido, pensar na ideia de que o homem realiza-se plenamente no âmbito da *pólis* é incluir nos problemas abordados na sala de aula uma forma de refletir sobre o que é realização social atualmente. A estrita ligação entre o homem e a *pólis* nos faz pensar na falta de identificação e ausência de sentimento de pertença nos dias de hoje. Apesar das diferenças históricas, Aristóteles e suas obras muito tem a acrescentar em nossos debates, principalmente no papel da filosofia dentro das escolas e como ela pode ser uma ferramenta de resgate para semear o interesse nas crianças e jovens acerca do universo e debate acerca das coisas públicas.

Neste ponto, é possível estabelecer uma ponte entre o elemento teórico da filosofia política clássica e as possíveis práticas pedagógicas da disciplina de filosofia no interior da escola. Pois, dentre os muitos elementos da filosofia clássica é possível destacar o conceito de democracia, a educação pública e a necessidade de participação na vida da comunidade como um legado a ser conhecido e exercido de múltiplas formas.

O uso do pensamento filosófico grego, apesar de anacrônico, demonstra, a seu modo, exemplos de situações e problemas que continuam sendo relevantes em relação a ação política, possibilitando reflexões, por parte dos alunos, em relação a forma de concepção política da antiguidade e dos dias de hoje.

2.1 UM EXEMPLO A SER CONSIDERADO: O PROJETO PLENARINHO COMO ESPAÇO PARA O DESPERTAR DO SENTIMENTO DE PERTENÇA E CIDADANIA¹¹

¹¹ Consta, no final deste trabalho, uma apêndice com projetos do Plenarinho de 2017, escolhidos pelos alunos para serem apresentados as autoridades políticas.

A proposta do projeto Plenarinho¹² visa proporcionar, aos estudantes, um espaço de reflexão e compreensão sobre a participação e o universo público. Por meio do estudo e da elaboração de projetos de lei, os estudantes estabelecem uma ponte, por mais anacrônico que pareça, com o exercício democrático herdado dos gregos, afinal, somos gregos, tal qual elucida BARKER.

Eles constituem em grande parte a matéria de que nós, e o nosso mundo presente, fomos feitos. E não apenas... no sentido de que naquela época nossos alicerces foram lançados, não apenas no sentido de que somos herdeiros dos esforços desses ancestrais. "Somos" gregos... modelados na nossa forma de hoje pelos seus pensamentos, realizações e experiências; o mundo em que vivemos é o seu mundo, em estágio mais avançado de uma evolução que nunca se interrompeu, mas que é sempre um só e o mesmo". (1978, p. 38)

Estabelecer essa correlação dentro do espaço de sala de aula enriquece o debate filosófico, pois os estudantes conseguem por meio da prática, identificar os elementos e conceitos estudados por meio da cultura grega. Mais do que isso, olhar para a cultura grega desperta a conscientização para um aprofundado exercício de cidadania por meio dos alunos, compreendendo que, a política não se restringe ao período eleitoral e que eles, apesar da pouca idade (13 -14 anos), também podem participar efetivamente da vida da cidade.

Essa possibilidade de trabalho na sala de aula estabelece um espaço para que a filosofia que faça sentido e desperte o desejo pelo conhecimento, rompendo com algumas barreiras e limites impostos pelos sistemas. Pensar o filosofar por meio de projetos e outras atividades que possam facilitar o encontro do estudante com a filosofia parece urgente e necessário, pois é a reflexão filosófica que poderá estabelecer sentido a vida em sociedade. Ela é, sem dúvida uma ferramenta de transformação que precisa ganhar um novo significado para dialogar com a realidade do mundo escolar.

Mesmo que a filosofia não transforme o mundo, se se entende por transformar uma intervenção ativa e direta no curso dos acontecimentos, ela transforma os seres humanos que, pela compreensão da realidade, podem mudar o rumo da história. (PERINE, p. 111, 2007)

¹² O Projeto Plenarinho é um programa de relacionamento criado pela Câmara dos Deputados para facilitar o acesso da comunidade ao espaço público de deliberação. Ele tem um caráter educativo e é voltado para estudantes de 7 a 14 anos, bem como pais e professores. Seu slogan é "O jeito criança de ser cidadão". Mas é possível propor uma adaptação a proposta inicial, municipalizando o processo. Para melhores informações: <https://plenarinho.leg.br/> (acesso em 11/11/2018)

A filosofia é um importante instrumento de conscientização e problematização do mundo da vida. E ela pode, de algum modo, resgatar a essência da formação pela qual os gregos passaram.

De algum modo, a filosofia na atualidade é extremamente significativa para efetivar o resgate e despertar o interesse dos sujeitos pelo universo da coisa pública. Mas como praticar tal exercício, se muitas vezes as metodologias não atendem as demandas? Talvez “traduzir uma linguagem abstrata para uma linguagem acessível não significa perder o conteúdo, mas dar condições de compreensão de significados, dar condições ao diálogo” (FRANKLIN, p. 35, 2016).

Aproximar a linguagem ao universo do estudante não é desqualificar o trabalho com os conceitos filosóficos, mas uma possibilidade de inseri-lo no debate e despertar nele o interesse pelo seu próprio mundo. O despertar para o mundo da vida, através do debate que toque a realidade dos estudantes, pode ser uma saída para o problema. Nas diversas experiências em sala de aula, busca-se despertar habilidades nos estudantes que passem a ter significados em suas vidas, um exemplo que pode ser efetivo é o projeto plenarinho. Ao longo do ano os estudantes são convidados a refletir sobre a política, desde a antiguidade até a contemporaneidade. Esse processo é convalidado na observação da realidade social local, pois política toca a vida de todos, e, exercitado através da simulação e elaboração de projetos de lei para a cidade. Esse exercício reflexivo é prático agrega valor ao ensino de filosofia, pois coloca o estudante diante de uma prática da vida cotidiana.

Desde os primeiros passos, a sensibilização, bem como os demais procedimentos como o debate, através do estudo da retórica e sua finalização através da demonstração prática, ou seja, a elaboração de projetos e sua defesa pública, busca estabelecer a relação entre a construção da cidadania própria e sua ligação com a cidade. O projeto busca estabelecer um olhar para a cidade em seus aspectos gerais, onde o estudante, apesar de sua pouca idade, faz parte do processo político.

A prática política na disciplina de filosofia na escola básica pode transformar as relações entre os estudantes, pois através do debate e da prática retórica os alunos debatem ideias e efetivam o exercício democrático da escolha e da justificação argumentativa. A sala de aula funcionaria como a simulação da *Ágora* grega, onde múltiplos temas podem ser discutidos. Certamente, o interesse dos alunos pela vida pública poderia aumentar, pois, apenas conhecendo e reconhecendo os caminhos de

uma prática política justa e interessante, que os jovens iriam se comprometer com o futuro da cidade. Nesse sentido, o exemplo do projeto plenarinho buscar estabelecer uma nova forma de relação entre o jovem e sua cidade, buscando no protagonismo atuante aprender política e ressignificar seu modo de relacionar-se com o universo público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se demonstrar nesse trabalho como os conceitos gregos clássicos ainda são significativos e fundamentais para o ensino de filosofia na escola básica. Através do exemplo do projeto plenarinho, é possível estimular os estudantes a refletirem e exercitarem sua cidadania por meio do estudo da cultura grega, através dos textos de filósofos clássicos.

Apesar do anacronismo, olhar para os gregos é inspirador e agrega força para a reflexão sobre a importância da participação do jovem no universo público. Entender o processo de construção da ideia de educação do homem grego, passando por Homero até Aristóteles, enriquece o debate em sala de aula e embasa a proposta de educação política com os estudantes.

Outro elemento de destaque é a discussão dos conceitos e leitura dos clássicos no ambiente escolar. Apesar da contemporaneidade ter outros debates, é muito relevante para o estudante ter contato com textos que problematizam questões que são emblemáticas ainda nos dias de hoje, como por exemplo o problema da justiça, tal qual Platão aborda. O criticismo e o rigor analítico que a filosofia exige, servem para a análise e a problematização do cotidiano em geral.

Há de se destacar que o estudo sobre os gregos e sua ideia de pertencimento e cidadania torna o desenvolvimento do projeto Plenarinho um espaço de problematização e mobilização. O primeiro porque os jovens se colocam em questionamento sobre seu lugar dentro do espaço político na cidade de Curitiba, e o segundo, porque podem fazer um exercício de cidadania através da prática da retórica e da simulação de projetos que necessitam serem apresentados ao público.

Assim, é possível perceber a relevância e necessidade do ensino de filosofia, especialmente a filosofia política, através de novas práticas e metodologias. Certamente, o projeto plenarinho poderá incentivar e proporcionar um espaço de ressignificação de seu olhar sobre a filosofia, além de propiciar um novo exercício de cidadania que dialogue com a vida de um modo geral.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 13. ed. rev. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

ARISTÓTELES. **A política**. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARKER, Sir Ernest. **Teoria política grega**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1978.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

FERREIRA, José Ribeiro. **A Grécia Antiga – Sociedade e Política**. Coimbra: Edições 70, 1992.

FERREIRA, José Ribeiro. **A Grécia Antiga**. Coimbra: Edições 70, 1992.

FINLEY, Moses I. **Democracia antiga e moderna**. Tradução de Waldéa Barcellos, Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANKLIN, Karen. **Filosofia no ensino fundamental**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

GUTHRIE, W.K.C. **Os sofistas**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

JAEGER, Werner. **PAIDEIA, a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MARROU, Henri-Irénée. **História da educação na antiguidade**. 1ª edição. Campinas, SP: Kírión, 2017.

PERINE, Marcelo. **Ensaio de iniciação ao filosofar**. São Paulo: Loyola, 2007.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de História da Cultura Clássica**, vol. 1, Cultura Grega, 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

PERINI, M. **Ensaio de iniciação ao filosofar**. São Paulo: Loyola, 2007.

União Marista do Brasil. **Projeto Educativo do Brasil Marista: nosso jeito de conceber a Educação Básica** / União Marista do Brasil. – Brasília: UMBRASIL, 2010.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca – 23. ed. – Rio de Janeiro: Difel, 2016.

APÊNDICE – PROJETOS VENCEDORES DO PLENARINHO 2017

PROJETO DE LEI

Tema Cultura

Título do Projeto DiversiCuritiba

Área de atuação

Cultural

Texto/Ementa

Em Curitiba há uma enorme diversidade cultural, racial, religiosa e de orientação sexual. Com esse projeto promoveremos a diversidade em Curitiba por meio de um evento no qual todos podem se expressar e mostrar seus costumes e crenças. Assim, todos da cidade aprenderão a respeitar as diversas culturas existentes. No evento haverá representantes religiosos, culturais e de comunidades explicando a sua crença e costumes (alimentos, rituais, vestimenta)

Artigos

Art.1.º Todos têm o direito de expressar a sua diversidade da maneira que acharem melhor.

Art. 2.º Ninguém tem o direito de desrespeitar o outro.

Art. 3.º Qualquer tipo de vandalismo será considerado crime e terá punições estipuladas pelas leis já existentes.

Art. 4.º Para a entrada no evento será preciso 1kg (um quilo) de alimentos não perecíveis.

Art. 5.º Ocorrerá anualmente.

Objetivos

Incentivar o conhecimento e respeito cultural, buscando a liberdade de expressão

Público-alvo

Todos que quiserem comparecer ao evento

Fiscalização e aplicação

No evento haverá guardas para o caso de haver qualquer tipo de preconceito, vandalismo e/ou assalto

Incentivos e/ou punições

Não haverá taxa de entrada além do quilo de alimento. Qualquer prática considerada preconceituosa levará à expulsão do praticante.

Recursos

Será necessário um lugar para que aconteça o evento e stands/barraquinhas para cada representante e/ou alimento.

Contingências

Justificativa

O projeto DiversiCuritiba é importante para que todos possam ser respeitados e respeitar e também para ser uma tentativa de diminuição da opressão e preconceito contra culturas, religiões, etc.

PROJETO DE LEI

Tema Investimento nas crianças e jovens para a redução da violência municipal

Título do Projeto Criança futuro

Área de atuação

Crianças/adolescentes

Texto/Ementa

O projeto tem a intenção de incentivar empresas no geral (porém os públicos alvos são escolas e universidades privadas) a apadrinhar crianças e jovens, pagando para eles uma vaga em escolas e universidades privadas e os inserindo na sociedade (ajudando-os a arranjar empregos, cuidando do desempenho escolar deles, etc.) com o intuito de acabar com a criminalidade municipal e casamento infantil.

Artigos

Art. 1.º As empresas devem se responsabilizar pelo pagamento de um curso para a criança ou jovem que for apadrinhada, com um incentivo de 10% na redução do ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza). O valor não altera independentemente da quantidade de crianças apadrinhadas

Art. 2.º Além de pagar o curso, as empresas são responsáveis por inserir essas crianças na sociedade.

Art. 3.º As crianças não poderão ser parentes ou relacionadas aos empresários para o bom funcionamento do projeto, a forma de escolha das crianças é livre, mas por ano a criança será colocada em prova para testar o seu aprendizado, além da verificação de boletim e tarefas.

Objetivos

O objetivo do projeto é a inserção de crianças de baixa renda na sociedade (além de proporcionar uma educação de qualidade sem grandes gastos por parte do município).

Público-alvo

Crianças/Adolescentes e empresas

Fiscalização e aplicação

Deverá ser disponibilizado um funcionário da prefeitura para acompanhar e avaliar o desempenho das crianças.

Incentivos e/ou punições

O incentivo para a participação de empresas no projeto seria uma redução de 10% do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Recursos

Será necessária uma verba para a redução dos impostos

Contingências

Justificativa

PROJETO DE LEI

Tema

Retorno de moradores de rua à participação na sociedade.

Título do Projeto

Reabilitação Social.

Área de atuação

Educação, Assistência social, Mercado de trabalho, Moradia.

Texto/Ementa

O projeto “Reabilitação Social” é um meio de fornecer direitos aos moradores de rua, que permanecerão em um prédio financiado pelo governo, realizando trabalhos pela cidade com o intuito de garantir recursos básicos para seu cotidiano. Também será disponibilizado para cada morador o atendimento com uma assistente social, que resolverá problemas ligados à cidadania, à educação, à saúde, ao emprego, etc.

Artigos

Art. 1.º O projeto pretende acolher os moradores de rua de Curitiba em um prédio construído e financiado pelo governo. O tempo de permanência pode variar de acordo com as necessidades de cada morador, em média por um ano e meio, e durante esse período haverá a procura de familiares para que os moradores possam retornar às suas famílias e consigam um melhor sustento.

Art. 2.º Serão disponibilizadas duas semanas sem custos (para cada morador) destinadas à recuperação e ao encaminhamento a atendimentos com uma assistente social, que é responsável por acompanhá-los no processo da cidadania, educação e

a resolver problemas ligados ao emprego, à saúde, etc. Se for preciso, os atendimentos prosseguirão ao longo da permanência do morador no Instituto.

Art. 3.º Após as 2 semanas, os moradores serão direcionados a trabalhos para o sustento do Instituto (manutenção, limpeza, etc.) e depois pela cidade de Curitiba. A partir do primeiro mês, com as tarefas cumpridas, cada morador receberá uma taxa em dinheiro conforme o trabalho realizado, para as despesas pessoais, que serão controladas por voluntários ou empregados estatais especializados na área.

Art. 4.º A fim de proporcionar o desenvolvimento de habilidades, será oferecida uma horta (fonte de alimentos para o Instituto e comércio) aos moradores. A prática da “Terapia Horticultural” poderá contribuir para a memória, desenvolvimento de habilidades cognitivas e a ampliar a socialização, fatores importantes para que haja um melhor retorno às atividades da sociedade.

Art. 5.º Para que haja o retorno dos moradores de rua a um trabalho, o projeto pretende também fazer parcerias com empresas, como o Senac, que oferece cursos das mais variadas áreas na educação e qualificação profissional. Os cursos teriam o custo reduzido, e para os que apresentam escolaridade incompleta, seriam disponibilizadas aulas sobre as matérias fundamentais para o desenvolvimento básico dos moradores.

Objetivos

Fornecer ajuda aos moradores de rua com seus direitos e necessidades, proporcionar o retorno deles às famílias, empregá-los no mercado de trabalho.

Público-alvo

Moradores de rua, voluntários, empregados estatais.

Fiscalização e aplicação

Haverá a fiscalização do projeto por empregados estatais, e a aplicação podendo ser por eles mesmos, por voluntários e os próprios moradores.

Incentivos e/ou punições

Haverá punições aos moradores, como um pedido de expulsão do Instituto, caso houver desentendimentos, entre os moradores.

Recursos

Serão necessários recursos do governo como a construção do Instituto (com 4 andares), além dos materiais necessários para seu funcionamento e todas as atividades.

Contingências

Aparentemente não há um problema no projeto.

Justificativa

Só em Curitiba existem mais de 1500 moradores de rua que, por drogas, álcool ou conflitos familiares, sujeitam-se a viver em péssimas condições, perdendo trabalho, renda, e outros recursos que poderiam ser utilizados ao retorno de uma atividade na sociedade. Por isso, com o projeto de Lei “Reabilitação Social”, seria possível melhorar a vida de muitos moradores, além da nossa própria cidade.

PROJETO DE LEI

Tema Reintegração de detentos e auxílio aos moradores de rua

Título do Projeto Refeições Comunitárias de detentos para moradores de rua

Área de atuação Educação e Cultura

Texto/Ementa

Ao menos uma vez na semana, detentos, com ajuda de seus supervisores, poderão realizar um almoço estruturado por trabalhadores assalariados, como uma oficina culinária para detentos, que terão a oportunidade de auxiliar moradores de rua, e estes de ter uma refeição.

Artigos

Art. 1.º Detentos com penas de até 7 anos de prisão, e que não tenham sido condenados por crime hediondo, terão a opção de cozinhar sob a autoria de trabalhadores assalariados, para moradores de rua, uma vez por semana.

Art. 2.º Os detentos que aderirem ao trabalho deverão ser monitorados pelos agentes penitenciários enquanto estiverem realizando o trabalho comunitário.

Art. 3.º A prefeitura deve ceder espaços públicos e atrair, convidar e trazer moradores de rua semanalmente para a realização da atividade.

Objetivos

Acolher e alimentar moradores de rua, e ajudar a reintegrar detentos a sociedade, estes que terão a possibilidade de interagir com pessoas fora da cadeia e desenvolver habilidades culinárias.

Público-alvo

Detentos e moradores de rua.

Fiscalização e aplicação

A atividade deve ser fiscalizada por policiais responsáveis pelos presídios e realizado em focos e concentrações de moradores de rua, como praças, por exemplo.

Incentivos e/ou punições

Os detentos que participarem da atividade podem ter sua pena reduzida, mediante ao tempo determinado pelo juiz.

Recursos

Aparatos de cozinha e alimentos em geral, mesas, cadeiras, talheres, pratos e copos, providenciados pelo governo, além de pessoas assalariadas para guiar, auxiliar e fazer a tutoria dos detentos.

Contingências

A regularidade da atividade pode não ser o suficiente para alimentar moradores de rua.

Justificativa

Os moradores de rua são muitas vezes esquecidos pela sociedade, e podem passar fome e necessidades, enquanto os detentos podem desenvolver novas habilidades culinárias e contribuir com a sociedade.

PROJETO DE LEI**Tema Poluição do petróleo na cidade**

Título do Projeto Acabando com a maior vilã: a sacola plástica

Área de atuação

Meio ambiente

Texto/Ementa

Em Curitiba, é distribuído um altíssimo número de sacolas plásticas.

Nosso projeto promete diminuir o gasto deste recurso esgotável e não renovável, como o petróleo e o gás natural com o qual a sacola plástica é feita. Com isso, contribuiremos para ajudar o meio ambiente.

Artigos

Art. 1.º A partir de hoje fica definido que as lojas e mercados deverão começar a cobrar vinte centavos por sacola plástica.

Art. 2.º As indústrias de sacolas plásticas diminuam $\frac{1}{4}$ de sua produção.

Art. 3.º A partir do momento em que o consumo das sacolas plásticas for reduzido, e tiverem um consumo consciente, no ano seguinte, todos os derivados de petróleo irão baixar o preço.

Objetivos

Buscar a conscientização da população, em relação ao consumo das sacolas plásticas;

Ajudar o meio ambiente;

Evitar problemas futuros com o meio ambiente.

Público-alvo

Toda a população

Fiscalização e aplicação

As sacolas serão consideradas produtos normais, como qualquer outro, e deverão ter cupom fiscal.

Incentivos e/ou punições

Os preços dos derivados de petróleo vão baixar, como por exemplo, a gasolina

Toda a sacola plástica terá um custo de vinte centavos

Recursos

A consciência humana, de reduzir e reutilizar

Mais propagandas para diminuir o consumo das sacolas

Contingências

As sacolas plásticas irão “vir” com a logomarca do mercado/loja

Justificativa

Como o mundo é de todos, devemos preservá-lo para as próximas gerações.

Hoje, especificamente nos mercados, as pessoas abusam do consumo das sacolas plásticas. Com esta lei, podemos diminuir esse consumo exagerado

PROJETO DE LEI

Tema Segurança

Título do Projeto Segurança em ônibus

Área de atuação

Transporte público

Texto/Ementa

O trânsito, hoje, está muito perigoso. Além do mais, a segurança contra bandidos e assaltantes é escassa. Nosso projeto pretende diminuir o índice de acidentes de ônibus em Curitiba, além de diminuir o índice de assaltos também.

Artigos

Art. 1.º Todos os ônibus devem conter cinto de segurança

Art. 2.º Os ônibus devem conter um sistema de alarme, para que, quando ocorrer um assalto, a polícia seja notificada e atenda a ocorrência como prioridade.

Art. 3.º Todos os funcionários devem estar cientes dos artigos desta lei.

Art. 4.º O dinheiro da tarifa de R\$ 4,25 deverá ser utilizado para a criação de novos ônibus com o sistema de alarmes que vêm de fábrica.

Objetivos

Proporcionar maior segurança geral para os usuários do transporte público, onde alguns de seus direitos serão assegurados: direito à vida e à segurança de seus bens.

Público-alvo

Usuário dos meios de transporte público.

Fiscalização e aplicação

Os ônibus irão passar por uma vistoria todo o mês.

Incentivos e/ou punições

Os ônibus que não estiverem de acordo serão multados e a prefeitura responsabilizada judicialmente pelo não cumprimento da lei.

Recursos

Financeiros para a revitalização da frota de veículos.

Contingências

Justificativa

Este projeto visa melhorar a qualidade do transporte e a segurança ofertada aos passageiros, tendo em vista o alto valor da passagem.

PROJETO DE LEI

Tema: Ensino de como lidar com sentimentos e acontecimentos da adolescência

Título do Projeto: Educação Aberta

Área de atuação: Educação (em escolas públicas)

Texto/Ementa:

Não só no Brasil, mas no mundo inteiro, as crianças e adolescentes não sabem lidar com o início de tantas obrigações e às vezes sofrem bullying por não seguirem um padrão de beleza, imposto pela sociedade ou pela mídia, e geralmente não querem conversar com os pais sobre o assunto. Por isso a educação nas escolas é muito importante, evitando também os frequentes suicídios.

Artigos:

Art. 1.º Alunos devem ter aulas ou palestras com psicólogos ou profissionais, também podendo vir pessoas que já passaram pelo projeto ou por situações difíceis na adolescência, para servir como exemplo e motivação para os alunos.

Art. 2.º Devem ter pelo menos 3 anos de aula/oficinas com os profissionais, fica a critério da escola e da necessidade dos alunos um tempo individual para os que mais precisam.

Art. 3.º Aulas e oficinas ocorrem a partir do 7.º ano do Ensino Fundamental até o final do Ensino Médio e, a partir do 1.º ano do Ensino Médio, fica a critério do aluno participar.

Art.4.º Todas as aulas e oficinas devem ocorrer em uma tarde, uma vez por mês nas escolas públicas. As palestras e atividades devem entreter os jovens para evitar que eles falem.

Objetivos:

Fazer com que os jovens entendam e consigam lidar com os problemas da adolescência, sejam eles ligados emocionalmente à família e às drogas. Despertar a consciência e ensinar os jovens sobre as consequências dos seus próprios atos.

Público-alvo: Adolescentes.

Fiscalização e aplicação:

A secretaria da educação irá fiscalizar, juntamente com as próprias escolas públicas, onde o projeto será implantado e aplicado, como palestras, atividades, aulas e oficinas.

Incentivos e/ou punições:

É para o bem-estar dos jovens e eles devem ter essa consciência para participar do projeto.

Recursos:

Como sabemos que o governo já paga salários muito ruins aos professores, gostaríamos que as oficinas e palestras fossem feitas por trabalho voluntário dos psicólogos e pessoas dispostas a ajudar.

Contingências:

Os alunos podem achar as aulas e oficinas chatas, por isso é necessário deixá-las motivadoras e animadas para que os jovens compareçam.

Justificativa:

A importância é fazer com que os adolescentes se sintam mais à vontade para falar sobre seus sentimentos e dificuldades para que os psicólogos possam ajudar.

PROJETO DE LEI

Tema Transporte público gratuito para estudantes

Título do Projeto Transporte gratuito para estudantes

Área de atuação Transporte

Texto/Ementa

Com a aplicação dessa lei, os adolescentes vão optar por usar o ônibus, evitando, assim, diversos acidentes e assaltos que acontecem todos os anos. Essa lei incentivaria o uso do transporte público, deixando o carro em casa, poluindo menos o meio ambiente e diminuindo o tráfego nas ruas.

Artigos

Art. 1.º Os estudantes só poderão utilizar o ônibus gratuitamente se apresentarem a carteirinha de estudantes dentro do prazo de validade.

Art. 2.º A carteirinha não poderá ser compartilhada com outros estudantes.

Art. 3.º Todos devem apresentar sua própria carteirinha.

Objetivos

Essa lei tem o objetivo de incentivar o uso dos transportes públicos para os estudantes, evitando, assim, diversos acidentes causados por jovens que não prestam atenção no trânsito, além de evitar assaltos. Os jovens não precisarão ir de carro à escola, poluindo menos o ambiente.

Público-alvo

Jovens (que serão beneficiados) e os políticos (aplicação da lei)

Fiscalização e aplicação

Haverá seguranças (aumentando o número de empregos) nos principais pontos de embarque e desembarque de ônibus, que irão se certificar de que a lei está sendo cumprida, além de proteger o local, e ainda a instalação de câmeras de segurança nos pontos de ônibus.

Incentivos e/ou punições

Propagandas privadas poderão ser aplicadas nos ônibus, e assim, com o dinheiro obtido, uma parte seria doada para uma instituição de caridade. Caso a lei não seja obedecida, o estudante será barrado e a sua entrada não será permitida.

Recursos

Não necessita de grandes investimentos, pois a maioria do dinheiro será obtido por meio das propagandas privadas.

Contingências

É possível que alguns estudantes utilizem o ônibus para realizar atos de vandalismo. Caso aconteça, esses serão registrados, barrados e suas famílias serão comunicadas

Justificativa

Essa lei é importante para incentivar o uso do transporte público, evitar acidentes que ocorrem quando o jovem está distraído, além de contribuir com causas importante, como a diminuição da poluição ambiental e doações para caridades.

PROJETO DE LEI

Tema Proteção a mulheres que sofreram abusos ou violências domésticas.

Título do Projeto Lar Doce Lar

Área de atuação Segurança

Texto/Ementa

O Lar doce Lar trata-se de um ambiente projetado para acolher mulheres que sofreram abusos, ou violência doméstica e resolveram denunciar. Após todos os fatores relatados serem comprovados e a prisão e julgamento do agressor tiverem seu início, ela e seus filhos, caso se sintam à deriva por algum fator, podem ir para essa casa, onde morarão no prazo máximo de um ano e seis meses.

Artigos

Art. 1.º Dentro da casa, cada mulher terá sua obrigação para manter a dinâmica na casa.

Art. 2.º As mulheres serão encaminhadas apenas quando comprovada a agressão.

Art. 3.º A renda da casa será gerada por meio de doações, shows e bailes beneficentes, além de contar com a presença do comércio dos alimentos produzidos na casa e objetos.

Art. 4.º A casa contará com uma horta nos fundos, a qual as moradoras podem usar tanto para uso próprio como comercial.

Art. 5.º As mulheres terão apoio terapêutico com a ajuda da CASA DA MULHER BRASILEIRA e da DELEGACIA DA MULHER.

Art. 6.º A casa contará com seguranças de plantão para maior segurança das moradoras.

Art. 7.º Após o prazo de um ano e seis meses se encerrar, a mulher terá sua segurança garantida, na qual tanto ela como seus filhos serão transferidos para outra cidade onde terão casa e até mesmo emprego em uma cooperativa de produção de orgânicos

para se sustentarem. As crianças terão acesso fácil à educação, portanto longe dos riscos eventuais do agressor.

Art. 8.º Se virem necessidade, podem requerer uma nova identidade .

Art. 9.º A casa é constituída por dois andares, cada um com 200m², sendo o primeiro andar formado por refeitório, banheiro coletivo, cozinha, sala de convivência e diretoria administrativa. O segundo andar formado pelos alojamentos compostos por camas com bicama, guarda-roupas, criado mudo; e mais um banheiro coletivo. Na parte externa temos a presença de uma horta onde serão produzidos os alimentos, e de um estacionamento.

Objetivos

Garantir a saúde e bem-estar das mulheres que sofrem abusos e violências dos maridos, e segurança e educação para os seus filhos.

Público-alvo

Mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica.

Fiscalização e aplicação

Será fiscalizado pela Delegacia da Mulher, que tem como obrigação garantir o bem-estar delas.

Incentivos e/ou punições

As punições serão feitas de acordo com as leis brasileiras, e haverá incentivos em propagandas para se fazerem denúncias.

Recursos

Recursos econômicos.

Contingências

Diminuir a violência doméstica e incentivar a denúncia.

Justificativa

Milhares de mulheres sofrem violência doméstica, mas sobrevivem financeiramente do agressor, ou sofrem com o medo da denúncia, por não haver a garantia da proteção depois.

PROJETO DE LEI

Tema Fiscalização

Título do Projeto: Fiscalização do trânsito

Área de atuação

O aplicativo atuará na área do trânsito de Curitiba. Ele contará com o apoio do DETRAN, poderá ter apoio das câmeras de segurança da cidade e de um departamento próprio.

Texto/Ementa

Um aplicativo conectado ao departamento de trânsito e a um núcleo próprio, tal aplicativo vai ser usado pela população para registrar infrações. O infrator não será multado de imediato. Os dados irão para uma central/departamento onde os dados serão averiguados com o auxílio de radares e câmeras de trânsito.

Artigos

Art.1.º Os infratores com denúncias leves comprovadas receberão uma advertência/notificação. Aquele que tiver mais de 5 infrações terá uma multa de R\$300,00.

Art. 2.º Dependendo da infração, o motorista pode ser multado, ou, se pego em flagrante por um profissional do DETRAN, pode ter sua carteira suspensa.

Art. 3.º Aquele que fizer uma falsa denúncia pelo aplicativo, pode ser multado em até R\$200,00.

Objetivos

O objetivo do projeto é buscar melhoria do trânsito por meio do auxílio ao DETRAN com novas ferramentas e tecnologias.

Público-alvo

O público-alvo do projeto são os motoristas e pedestres que querem contribuir para um trânsito melhor.

Fiscalização e aplicação

O uso do aplicativo será dos pedestres, motoristas e profissionais do DETRAN. A fiscalização também será de responsabilidade do DETRAN.

Incentivos e/ou punições

Se comprovada a denúncia, a punição pode variar entre multas, advertências, a perda de pontos na carteira de motorista ou a sua suspensão.

Recursos

O aplicativo envolve recursos financeiros e humanos, já que a criação do aplicativo exige dinheiro e pessoas (no caso programadores), além da fiscalização feita por profissionais.

Contingências

A única contingência percebida pelo grupo foi o bom senso dos usuários, já que uma eventualidade seriam as falsas denúncias.

Justificativa

O que justifica a criação do projeto é a grande ocorrência de acidentes e infrações, dos quais muitas vezes os culpados saem impunes ou até mesmo nem são descobertos, por isso o aplicativo ajudaria na descoberta e punição dos infratores.

PROJETO DE LEI

Tema Infraestrutura de Escolas Públicas de Curitiba

Título do Projeto Uma melhor educação na cidade de Curitiba

Área de atuação

Educação

Texto/Ementa

As escolas particulares de Curitiba possuem uma ótima estrutura e educação. Nas escolas públicas, porém, a estrutura e a educação não têm qualidade. Portanto, o objetivo da lei é tirar essa grande desigualdade que existe nas escolas particulares e públicas de Curitiba.

Artigos

Art. 1.º 5% dos impostos pagos por cada indivíduo mensalmente será direcionado para esse projeto com fim de melhorar a educação de Curitiba.

Art. 2.º Todos os indivíduos que desejam fazer doações para esse projeto devem ir à Câmara Municipal e doar a quantia desejada.

Art. 3.º No ano de 2030 nenhuma instituição de ensino superior terá cotas para alunos de escolas públicas, pois a ideia é de que a educação dessas escolas esteja igualada à das escolas particulares.

Objetivos

Melhorar a infraestrutura e educação (material de apoio) do ensino médio das escolas públicas de Curitiba.

Público-alvo

Crianças e Adolescentes.

Fiscalização e aplicação

Funcionários da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba irão fiscalizar as escolas com suas novas estruturas educacionais.

Incentivos e/ou punições

Caso a escola não respeite a lei e não utilize o investimento de forma incorreta, haverá uma investigação.

Recursos

5% do IPTU de cada cidadão.

Humanos (professores).

Materiais (construção e didático).

Contingências

Pessoas optarem por não doar para o projeto, e escolas não usarem o dinheiro doado apropriadamente.

Justificativa

Hoje muitas pessoas não têm condições financeiras para pagar uma escola particular com ensino superior, então deve haver uma melhora na educação pública para que todos tenham as mesmas oportunidades no futuro, cursando boas faculdades e tendo bons empregos.